



Escrita de adolescentes (in)fames: potencialidades *ethopoiética* e *sinthomática*

Elzira Yoko Uyeno (Unitau)

RESUMO: A Análise do Discurso de perspectiva francesa em sua fase ulterior guiou esta pesquisa. Processos de subjetivação sócio-histórica e de identificações psicanalíticas de adolescentes em conflito com a lei constituíram seu objeto. De textos redigidos por esses adolescentes, constituiu-se o corpus de pesquisa. Considerar as condições de produção do discurso e atravessar a sua opacidade constituíram os procedimentos metodológicos. Analisar a economia da escrita em espaços não escolares, o objetivo precípua. Resultados demonstraram as potencialidades *ethopoiética* e *sinthomática* da atividade da escrita, isto é, de construção de si pela escrita, e de acesso a formações do inconsciente que (d)enunciam um saber sobre si do qual o sujeito não tem conhecimento.

Palavras-chave: Análise do Discurso; psicanálise; escrita; subjetivação; adolescente infrator

Introdução

Prosseguir a “aventura teórica” empreendida por Michel Pêcheux em sua obstinação pela constituição daquela que se tornou conhecida como Análise do Discurso de perspectiva francesa e foi precocemente interrompida em 1983, quando dava início à terceira fase, é o horizonte desta pesquisa¹.

A relação estabelecida entre os processos de subjetivação sócio-histórica e de identificações psicanalíticas de adolescentes que se encontram, sob a ordem do discurso da inclusão, em condição de acolhimento por instituições oficiais ou não constitui o objeto deste estudo. Sob o pressuposto da economia da escrita como atividade privilegiada para o desenvolvimento desses processos, observadas em trabalhos anteriores (UYENO, 2004; 2006; 2007; 2008a, 2008b), elegeram-se os discursos materialmente manifestados em textos redigidos por esses adolescentes, discursos dos quais se compôs o corpus de pesquisa a se relatar.

Duas percepções, aparentemente distintas, mas correlatas, deflagraram-na: uma diz respeito ao fato de o desenvolvimento da atividade da escrita ser tradicionalmente restrito aos espaços institucionais escolares formais, e a outra, decorrente dessa restrição, ao fato de ela

¹ Esta pesquisa se insere nos trabalhos do Grupo de pesquisa “Subjetividades e identificações: efeitos de (d)enunciação” (Unitau/CNPq), sob minha coordenação.

ser tomada essencialmente como atividade de letramento com vistas ao desenvolvimento de um saber acadêmico. Assim, dois são os objetivos decorrentes e norteadores da pesquisa: analisar, por um lado, os efeitos da economia da escrita em espaços não-escolares; analisar, por outro, a sua potencialidade *ethopoiética*, isto é, de permitir uma construção de si como sujeito por aquele que escreve (FOUCAULT, 1969/1995c²) e a sua potencialidade sintomática, isto é, de permitir o acesso a formações do inconsciente que (d)enunciam um saber sobre si de que o sujeito não tem conhecimento e que não cessa de se manifestar (LACAN, 1969/1998).

A eleição do espaço não-escolar levou em consideração a especificidade do adolescente em condição de cumprimento de medidas sócio-educativas. Considerar essa condição significa entender que, nas representações sobre cidadão, predomina a daquele que se submete ao olhar vigiador do poder e se subjetiva como sujeito, ao mesmo tempo, ativo e passivo de direitos e deveres civis, políticos e sociais. Cidadão, assim, constitui a dimensão pública do indivíduo que se distingue de sua dimensão privada. Não sendo ainda objeto jurídico dessa distinção, o adolescente comete atos que supõe de ordem privada, mas que se configuram como delitos (como tais, da ordem pública) que determinam sua submissão à condição de adolescente em conflito com a lei. Eis a sua contingência paradoxal de *homo sacer* (AGAMBEN, 1995/2002), de subjetivar-se, ao mesmo tempo, como incluído e excluído na ordem da polis: a gradativa politização da vida privada que caracteriza o estado de direito encontra na adolescência uma zona de indistinção.

Analisar a economia da escrita levou em consideração o acesso que essa atividade – para além da dimensão simbólica do civilizado como sujeito gráfico – permite aos processos de subjetivação e de identificações desse sujeito (in)fame, nos seus sentidos de “sujeito de má fama ou sem fama” e de “sujeito que comete ato vil” (FOUCAULT, 1969/1995a), pela suscitação da relação discurso-saber daquele que é engendrado, não só pelo panóptico de Bentham, mas daquele que se subjetiva na indistinção, vivendo um percurso temporal do perigo e, sobretudo, um percurso psíquico como o momento de todos os perigos.

Esses pressupostos da economia da escrita determinaram a coleta de dados e a constituição do corpus de pesquisa que se compôs a partir de recortes de regularidades discursivas sob a forma material de equívocos que se revelaram proeminentes em textos escritos por adolescentes em condição de cumprimento de medidas sócio-educativas.

Para efeito de ordenação de leitura do relato, apresentam-se, em um primeiro momento, as condições sócio-históricas da exclusão social; em um segundo momento, uma visão dos processos de subjetivação e dos processos de identificações; em seguida as condições de produção do discurso e as análises do corpus de pesquisa.

1. *Homo sacer*: nem excluído nem incluído

A vida humana na ordem jurídica das sociedades neoliberais contemporâneas é, à análise de Agamben(1995/2002), radicalmente diferente da vida na sociedade grega – referência no Ocidente – , caracterizando-se sob a forma da exclusão, da marginalização; do estar fora do político, do social, do econômico, de uma justiça social, enfim. Paradoxalmente, as incontáveis lutas em prol do reconhecimento e da conquista dos direitos, liberdades e garantias que fizeram parte das grandes metanarrativas presenciam, hoje, uma vida de consumo e hedonismo para uns e uma outra vida de exclusão e sem horizontes, para outros. Decididamente, a decantada isonomia está muito longe de ser alcançada.

² A primeira data refere-se à da publicação e a segunda, à da edição brasileira e utilizada para efeito de citação neste artigo.

Procedendo à análise da vida humana na sociedade grega clássica, Agamben (1995/2002) herda e prossegue o trabalho iniciado por Foucault, em seus estudos relativos a uma genealogia do poder. Mais precisamente no que diz respeito à biopolítica ou ao governo do ser vivente, em substituição ao poder do soberano sobre a morte de seus subordinados, Agamben (1995/2002) afirma que os gregos adotavam dois termos para se referirem à vida: *zoé* nomeava a vida comum a todos os seres vivos, e *bíos* nomeava a forma ou a maneira de viver própria do indivíduo ou do grupo. Daí a vida política ter sido nomeada como *bíos politikós*, a vida contemplativa, como *bíos theoretikós*. Aristóteles bem o escrevera em Política que o fim da vida – *to zen* –, na polis, é mais do que meramente viver, mas viver segundo o bem, segundo uma vida politicamente qualificada, digna – *to eu zen*.

Analisando, também, a vida humana na sociedade romana, Agamben (1995/2002, p. 95) descobriu que o termo *vita* se refere ao simples fato de viver ou um modo particular de vida, reunindo num só termo o significado de *zoé* e o de *bíos*. Essa indistinção entre o aspecto natural e o cultural da vida certamente determinou que o significado jurídico tivesse o mesmo sentido do comum. Resgata o termo latino *homo sacer* (de *sacer, cra, crum* que significa sagrado, santo, divino; consagrado) do direito romano arcaico, citado por Sexto Pompeu Festo, em seu tratado “Sobre o significado das palavras”, destinado a designar

aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tributária se adverte que “se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será considerado homicida”. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado sacro (...) (AGAMBEN, 1995/2002, p.79).

A partir das concepções grega e latina da vida humana, Agamben (1995/2002) analisa a política ocidental, repensando os fundamentos da política, do direito e das tecnologias políticas que engendraram o sujeito moderno por sua inserção na cidade pelo estabelecimento do estado de direito. Essa inserção do indivíduo na cidade se fez pela “gradativa inclusão da vida natural nos cálculos do poder do Estado e pela transformação da política em “biopolítica”, isto é, pelo ingresso da *zoé* (vida natural) na esfera da “pólis”, pela politização da vida nua.

O termo *sacer* encerra uma ambigüidade que se produziu no processo de politização da vida doméstica que, na Antiguidade grega, era separada da vida da “pólis”: as significações do termo se dividem

entre aqueles (...) que vêem, na *sacratio*, o resíduo enfraquecido e secularizado de uma fase arcaica na qual o direito religioso e o penal não eram ainda distintos, e a condenação à morte se apresentava como sacrifício à divindade, e aqueles (...) que reconhecem nessa figura arquetípica do sacro a consagração aos deuses íferos, análoga, na sua ambigüidade, à noção etnológica de tabu: augusto e maldito, digno de veneração e suscitante de horror (AGAMBEN, 1995/2002, p.80).

Essas distinções não são suficientes para explicitar a definição de Festo, segundo a qual a justaposição dessas distinções é que constitui a especificidade do termo *homo sacer*: a impunidade da sua morte e o veto ao sacrifício. Sem se dedicar à elucidação da especificidade do *homo sacer*, Agamben (1995/2002, p.81) interpreta *sacratio* como uma figura autônoma, perguntando-se se ela não permite lançar luz sobre uma estrutura política originária, que tem

seu lugar em uma zona que precede a distinção entre sacro e profano, religioso e jurídico. No cumprimento dessa tarefa que se lhe impôs, Agamben descobriu autores que estabelecem uma certa aproximação entre a condição do devotus, aquele que consagra a sua vida a um sacrifício a deuses íferos em situações de batalha para salvar a cidade de um grave perigo, por exemplo, e o homo sacer. Essa aproximação se legitima no caso em que um sujeito na condição de devotus sobrevive: ter-lhe-ia sido, segundo alguns documentos, providenciada uma cópia em cera que seria colocada sobre uma pira para que se extinguísse sob a ação do fogo ou ser-lhe-ia providenciado um colosso do qual se realizaria um funeral, e esse sobrevivente não cumpriria mais nenhum ato público. Tendo sobrevivido, esse devotus passaria a residir no limiar da condição de vivo e de morto e, como tal, excluído tanto do mundo profano como do sagrado, uma vez que não pode ser considerado sagrado, porque não cumpre o sacrifício e não pode ser restituído para o mundo profano, porque a população fora salva por sua consagração ao sacrifício. Esse ritual da queima de sua cópia em cera tem a função de transformar esse ser incômodo em um antepassado poderoso. É nessa condição que o devotus sobrevivente e o homo sacer se assemelham.

Ao longo da obra, Agamben define *Homo sacer*, inúmeras vezes, como uma vida matável, ou simplesmente vida nua, que não merece ser vivida, que se localiza sempre numa zona de indiferenciação, fora do espaço jurídico-político e, ao mesmo tempo, enquadrado por ele. Em outras palavras, o homem sacro está, ao mesmo tempo, dentro e fora do espaço jurídico-político e não é, como pensaram muitos antropólogos, uma figura ambígua que pode ser tomada ora como sagrado, ora como maldito, fasto e nefasto. Para Agamben, é muito mais do que isso, porque o seu lugar é sempre flutuante e de indiferenciação. “Nem *bíos* político nem *zoé* natural, a vida sacra é a zona de indistinção na qual, implicando-se e excluindo-se um ao outro, estes se constituem mutuamente” (AGAMBEN, 1995/2002, p. 98). Para ilustrar essa condição, resgata o exemplo do poder paterno de acusar e denunciar o filho ao Estado, colocando esse filho sob a condição de “matabilidade virtual” e, portanto, em alguma medida, sob a condição *sacer* em relação ao pai.

Essa condição de matabilidade virtual do filho historicamente ilustrada e resgatada por Agamben é o elemento político originário da condição do adolescente infrator. Um rápido olhar sobre a cidade impele-nos a concordar com o autor e afirmar que ninguém mais do que o adolescente habita essa condição de se encontrar fora do espaço jurídico-político e, ao mesmo tempo, enquadrado por ele. Não se trata, hoje, precisa e exclusivamente da acusação e da denúncia do filho ao Estado como descobrira Agamben na sociedade romana; trata-se da colocação do “adolescente menor de idade” sob condição de matabilidade virtual pela dinâmica da sociedade contemporânea que vive a queda da figura paterna que estruturou tradicionalmente o sujeito, interditando-o, impondo-lhe limites e, portanto, vive a fragilização da vida simbólica. Eis que o adolescente infrator se engendra sob um círculo vicioso perverso: não tendo sido estruturado pela figura paterna, não se submete às regras do mundo simbólico; não podendo ser culpabilizado, por não se constituir um cidadão pleno sob o ponto de vista de passibilidade de sanções jurídico-políticas, comete delitos que à visão daqueles que são passíveis dessas sanções devem ser punidos; não sendo passível dessas sanções, é colocado pela sociedade sob a condição de vida matável. Configura-se, assim, a mais acabada condição da vida nua: aquele que não tem lugar no espaço jurídico-político é objeto de matabilidade virtual. Eis a perversão histórica em sua versão contemporânea: se o sujeito sacro romano que morreria em nome da pátria e não morre, passando a ter uma vida virtual, justifica sua morte, o adolescente infrator contemporâneo, por não ter um estatuto jurídico-político, tem uma vida virtual e torna-se matável.

Culpabilizar esse adolescente, em lugar de entender as condições sócio-históricas que o subjetivaram como tal tem sido a reação habitual; institucionalizá-lo tem consistido a prática

historicamente empregada (ARPINI, 2003, p.65). Em grande medida, como se apresentou ao longo deste item, esse adolescente é efeito da sociedade contemporânea que reproduz o velho *homo sacer* sob uma aparência de novo: se as suas razões eram jurídico-políticas, hoje tornam-se jurídico-políticas a partir de determinismos sócio-econômicos. Esse adolescente sofre, ainda, os efeitos da reconfiguração da estrutura familiar que lhe conferia parâmetros.

Os efeitos da diminuição acentuada da presença paterna na família ocasionada sobre os filhos, quer pela conquista da independência emocional e financeira das mulheres quer pela fragilização da constituição tríade familiar pela qual se caracteriza a sociedade contemporânea, é um senso comum tão disseminado que não requer argumentações.

A família que conhecemos até o fim do século XX se enquadra no modelo “vertical” (FORBES, 2003, p. 207), “nuclear” ou “restrita” (ROUDINESCO, 2003, p. 18) de família e, como tal, constituída de pai, mãe e filho(s). Os filhos desse modelo de família revelam estruturar-se pelo “privilégio do eixo vertical das identificações” e, como tal, como sujeito da sociedade industrial (FORBES, 2003, p.207) que é interpretável pela estrutura do complexo de Édipo proposta por Freud.

As últimas décadas do século XX e este começo do século XXI tem apresentado evidências do declínio da figura do pai (ROUDINESCO, 2003) e os filhos dessa estrutura familiar monoparental sofrem, ainda, as influências da globalização e se constituem como sujeitos pós-modernos; em outras palavras, constituem-se de uma estrutura que privilegia a horizontalidade em detrimento da verticalidade (FORBES, 2003, 2005). Essas estruturas evidenciam que Eros e Thanatos, respectivamente, amor e morte, encontram-se entre si, com mais frequência, na sociedade pós-moderna.

Para uma estrutura que privilegia o eixo horizontal, Lacan propõe uma análise que se conduza para “além do Édipo, além das significações consagradas no ideal paterno e de seus representantes” (FORBES, 2003, p.207). Forbes (2003, p.207-208) propõe a colocação em relevo de três expressões: “conseqüência”, “responsabilidade” e “novo amor”. Pela expressão “conseqüência”, o analista deve conferir conseqüência às palavras do analisando; pela expressão “responsabilidade”, não no sentido moral, mas no sentido ético, o analista deve levar o analisando a entender que “não há como não se responsabilizar pelo acaso e pela surpresa”, que “a pessoa não é só o que ocorre, voluntariamente livre, mas também o que lhe ocorre”; finalmente pela expressão “novo amor”, o analista deverá levar o analisando a inventar um novo amor, que não seja voltado ao pai em última instância, mas que, sabendo dele se servir, possa ir além do gozo fálico e captar algo do real feminino.

É nessa figura de vida sacra que algo como vida nua faz sua aparição no mundo ocidental, e o *homo sacer* ainda nos diz respeito, se pensarmos no holocausto judeu de uma história recente e nos campos de concentração ainda mantidos, como em sua versão mais recente, de supostos terroristas muçulmanos, na ilha americana de Guantánamo, ou de refugiados que se inserem nesse limiar de indiferenciação, ao mesmo tempo de exclusão e inclusão no espaço político-jurídico. A condição do adolescente infrator, enquanto um *homo sacer* menos visível, talvez por sua proximidade excessiva que nos impede de enxergá-lo, é a que congrega os sentimentos sinestésicos de hostilização e de piedade.

Esses discursos são as evidências mais denunciadoras da herança indelével do *homo sacer*; basta-nos um olhar atento sobretudo aos nossos espaços urbanos para percebermos o quanto estamos cercados dessas zonas, nas quais se incluem vidas nuas matáveis, colocando em xeque o conceito de cidadania ou da vida na *urbis*, constitutivo das metanarrativas.

2. Escritas autonarrativas e processos de subjetivação

Os processos de subjetivação considerados sustentam-se no projeto foucaultiano, segundo o qual o sujeito se constitui de duas formas: pelos modos de objetivação sócio-histórica de biopolítica do corpo vivente que engendram os sujeitos, por um lado, e pelos modos de subjetivação, isto é, pelas maneiras por meio das quais o indivíduo se constitui como sujeito de sua própria existência, por outro.

Os modos de objetivação sócio-histórica de biopolítica do corpo vivente que engendram os sujeitos tem origem no deslocamento promovido por Foucault na visão ilustrada pela história e na premissa básica decorrente desse deslocamento de que o poder não é um objeto natural, mas uma prática social e, como tal, historicamente constituída, e, portanto, é da ordem da ideologia. A partir dessa concepção, o autor estabelece um método genealógico da análise do poder, que estabelece os diversos sistemas de submissão, no jogo casual das dominações (FOUCAULT, 1975/1991).

Em seus minuciosos estudos sobre o discurso carcerário, ao longo da história, Foucault (1975/1991) descreve o deslocamento do poder exercido pelo soberano sobre a morte do delituoso, sem antes passar por um suplício de seu corpo que necessariamente se fazia por meio de um rito público para o do encarceramento daquele que punha em risco a ordem pública. Assim, o poder passou a ser exercido sobre os indivíduos sob a forma disciplinar, cuja eficácia é persuasivamente demonstrado em sua análise do Panóptico de Benthan, uma estrutura arquitetônica, criada originariamente para as prisões, nas quais as celas individuais convergiam para uma torre central onde ficava o vigia. No projeto de prisão idealizado pelo arquiteto e filósofo inglês Jeremy Benthan, o ângulo de iluminação que atravessava a cela permitia a visão do encarcerado, promovendo uma ruptura com o procedimento anterior de confiná-lo na escuridão da masmorra. Esse deslocamento deu origem ao mais importante efeito do Panóptico: o de induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Torna-se, assim, internalizado o poder disciplinar do encarcerado que se auto-vigia, na medida em que

quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição (FOUCAULT, 1975/1991: 179).

Transportando-se essa situação para uma instituição de acolhimento, lócus contemplado por este relato de pesquisa, a noção disciplinar se configura na auto-regulação dos adolescentes acolhidos que mantêm o comportamento exigido pelo juiz que determinou seu acolhimento, ainda que esse juiz esteja ausente. Tendo sido acolhidos, os adolescentes ficam entre dois mundos separados pelo muro: do lado de fora, está a rua, oferecendo a liberdade, ainda que acompanhada da exclusão; do lado de dentro, está a instituição que lhes tolhe a liberdade, colocando regras, mas oferece a inserção na sociedade (ROSA, 1999; LAM, 2004).

A escola, na verdade, constituiu lócus original para o desenvolvimento dessa noção disciplinar em que Benthan se inspirou. Uma escola militar em Paris, cujos dormitórios dispunham de uma janela envidraçada através da qual cada aluno poderia ser visto durante a noite sem manter contato com os colegas ou com os funcionários, constituiu um dos primeiros modelos dessa visibilidade isolante e disciplinadora.

Essa fase anátomo-política dos corpos é sucedida pela fase dos controles reguladores, sob uma biopolítica dos corpos, que pretendeu a regulação das populações amorfas, pelo Estado. O controle regulador, por meio de uma combinação de mecanismos disciplinares na escola (FOUCAULT, 1975/1991), no hospício (FOUCAULT, 1972/1997) e no hospital

(FOUCAULT, 1967/1994), articulou o biopoder (FOUCAULT, 1975/1991) pelo qual se utilizaram de práticas cuja operação não é assegurada pelo direito, mas pela técnica; não pela lei, mas pela normatização; não pela punição, mas pelo controle, por meio de métodos que são aplicados em todos os níveis e por formas que vão além do Estado e seus aparatos. O exame passa a constituir um dos mais completos instrumentos de vigilância e punição de controle normalizador da sociedade, denominados de dispositivos por Foucault, e se encontra presente nas várias extensões do Estado: exames escolares para efeito de ingresso, progresso e egresso; exames médicos para efeito de prevenção, diagnose e cura; exames jurídicos periciais para efeito de corpo de delito, autópsia, necropsia. Esse exame constitutivo das várias instituições contemporâneas tem origem, na verdade, na técnica religiosa da confissão da preocupação pastoral com a consciência e o pecado (a confissão, rigorosamente, se faz pelo exame da consciência); constitui a técnica pela qual instado a falar sobre tudo que ocorre consigo para um confessor, o confessando se objetiva, revela-se, torna-se conhecido pelo seu confessor (FOUCAULT, 1976/1993). Nesses estudos, observa-se a preocupação de Foucault pelos processos de subjetivação do indivíduo que se faziam por meio dos procedimentos de sua objetivação, nada mais do que procedimentos históricos de engendramento do sujeito dócil, útil para a sociedade, procedimentos aos quais Revel (2002/2005) denominou de modos de objetivação do sujeito em Foucault.

Os modos de subjetivação (REVEL, 2002/2005), isto é, as maneiras por meio das quais o indivíduo se constitui como sujeito de sua própria existência, constituem uma evolução da análise do sujeito na obra foucaultiana. Esses modos já se prenunciavam quando do deslocamento promovido por Foucault na noção de exercício de poder, no sentido de que ele não é apropriável, não é exercível por um sobre o outro, mas é relacional, no sentido de que aqueles sobre os quais o poder é exercido também é fonte de poder. Esse prenúncio se consolida em um terceiro Foucault consagrado a uma ontologia do sujeito, fase na qual não se preocupa com o que o poder faz do sujeito, mas com o que o sujeito faz com aquilo que o poder faz dele. Não apenas produzidos pelo poder, os indivíduos também constroem suas identidades, na medida em que os objetivos e classificações de que são objetos são adotados e aceitos por eles. Isso ocorre em virtude de o exame e a confissão aos quais são submetidos, por uma economia que lhes é própria, constituírem os próprios instrumentos pelos quais, ao dizer a verdade, a pessoa conhece a si própria e torna-se conhecida para os outros num processo terapêutico. Foucault denominou tecnologia do eu as técnicas ou práticas que induzem um comportamento e auto-regulação ou autodisciplinamento. O "eu" confessional, assim, é ao mesmo tempo, o meio e o fim de uma tecnologia de poder, por meio da qual, ao se confessar, aquele que confessa se revela para o confessor e para si mesmo.

Ainda segundo Foucault, a técnica da confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes. Confessam-se, assim, os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos; confessam-se passado e sonhos; confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico. Não se confessa ingenuamente: a confissão constitui o instrumento para se extrair a verdade. O homem ocidental tornou-se, enfim, um animal confidente, e o espaço mais recente de confissão é o virtual sob a forma de blogs (UYENO, 2004).

Tendo-se tornado celebre como o autor que decretou a morte do autor (FOUCAULT, 1969/1995b), Foucault (1969/1995c) admitirá, em seus estudos ulteriores, a ocorrência de uma economia *ethopoiética* da escrita, no sentido de reconhecer que o sujeito se constrói como sujeito ético pela escrita, antecedida pela leitura de outros, economia a que denominou escrita de si. Essa economia da escrita, postulada por Foucault, diz respeito à produtividade da

escrita, cujo processo tem início na escrita das *hypomnématas* ou anotações sobre aspectos da leitura de outrem que são significativos, portanto, em alguma medida, constitutivos daquele que lê; essas anotações que são posteriormente resgatados pelo leitor na atividade da escrita, tendo passado por reflexões e relações com fatos que lhe dizem respeito, passa a fazer parte de si. Esse reconhecimento de um movimento do sujeito na constituição de si que não mais faz parte dos modos de objetivação, mas dos modos de subjetivação do sujeito de postulações foucaultianas, ganha consistência com a admissão do autor, a partir de seu próprio processo de escrita, de que aspectos sobre os quais não tinha controle deflagravam quando da atividade da escrita (FOUCAULT, 1969/2004).

No que diz respeito à subjetivação de moradores de rua, Kontopodis (2008) analisou um corpus de pesquisa constituído de textos escritos, a partir de dados coletados em uma cidade da Alemanha e em outra nos Estados Unidos da América do norte, e constatou que

[D]iários, livros e trabalhos de arte medeiam a comunicação entre várias subjetividades que são confrontadas com problemas similares que capacitam-no para verem a realidade não em termos desenvolvimentistas, isto é, em termos de potencialidade (desenvolvimento em direção a um determinado fim), mas em termos de virtualidade (...). Essa forma de relação é 'virtual' no sentido de que as narrativas escritas medeiam a presença de subjetividades não presentes, criando múltiplas temporalidade e relações entre lugares 'aqui dentro' e 'lá fora' (KONTOPODIS, 2008, p.11)³.

Embora sob aportes teóricos próprios da Psicologia, lugar de onde escreve Kontopodis, os resultados de suas pesquisas têm ratificado a economia da escrita de postulação foucaultiana (UYENO, 2004; 2006; 2007; 2008a; 2008b).

3. Escritas autonarrativas e processo de identificações

Mencionar os processos de identificações implica considerar o conceito de identificação e, para se manter dentro dos limites a que se propôs esta pesquisa, sustenta-se na noção de identificação de postulação lacaniana: trata-se de uma busca, sempre por se realizar, do eu; trata-se de uma busca improfícua, porque se processa sucessivamente a partir da estruturação da identificação especularizante inaugural (LACAN, 1969/1998), porque o eu, rimbudianamente, é um Outro. Daí preferirmos o termo "identificações" no plural.

Assumir a identificação sob o ponto de vista lacaniano, por sua vez, implica assumir um sujeito do inconsciente e do corolário dessa admissão de que o inconsciente se estrutura como linguagem (LACAN, 1969/1998). Analisar a escrita sob a perspectiva lacaniana requer a admissão do corolário seguinte de que, "se o inconsciente está estruturado como uma linguagem, essa estrutura só se revela pelo escrito" (MELLONI, 2006, p. 216).

Abordar essa noção de identificação requer, como adverte Nasio (1995, p. 95), a precaução de não se cometer a remissão ao uso corrente da palavra identificação, por uma redução a um esquema muito simples que considera duas pessoas, A e B, ligadas por uma relação de identificação. Identificação, nesse sentido ordinário, se estabelece por uma

³ Tradução Minha de "Diaries, books, and works of art mediate the communication between various subjectivities who are confronted with similar problems and enable them to view reality not in developmental terms, i.e. in terms of potentiality (development towards a given end), but in terms of virtuality (...). This kind of relation is 'virtual' in the sense that the written narration mediates the presence of non-present subjectivities, creating multiple temporalities and relations between places 'in-here' and 'out-there' (KONTOPODIS, 2008, p.11).

transformação de uma pessoa A – já consistentemente estabelecida – em B. Daí, no sentido corrente, se entender sinonimicamente “A identifica-se com B” e “A adota os traços de B”.

Na especificidade de seu sentido psicanalítico, a relação identificatória se lhe opõe, pela promoção de uma subversão ao sentido corrente: não se considera como um processo que ocorre entre duas pessoas, mas em uma única pessoa, no campo do inconsciente, que se estrutura em linguagem. Mais precisamente, a identificação psicanalítica tem lugar entre duas instâncias inconscientes. Na concepção freudiana da identificação, embora sejam mantidos os termos A e B assim como a transformação de um em outro, subvertem-se suas bases, pela substituição das “relações intersubjetivas por relações intrapsíquicas” (NASIO, 1995, p.99). Lacan, em sua leitura de Freud, radicaliza essa subversão, por não considerar que um termo se transforma no outro, mas que um dos termos cria o outro: a identificação não apenas é inconsciente, não apenas significa engendramento, mas é invertida no sentido de que não é A que se torna B, mas que B produz A. Em Lacan, trata-se de uma relação de causalção, processo ao qual denomina de “processo de causalção do sujeito do inconsciente”: a identificação significa que a coisa com a qual o eu se identifica é a causa do eu, ou seja, o papel ativo desempenhado pelo eu, passa a ser desempenhado pelo objeto; o agente da identificação não é o objeto, mas o eu. A identificação em Lacan designa, assim, a emergência de uma nova instância psíquica – o eu – que instaura a categoria da identificação imaginária, além da primeira, a identificação simbólica, que está na origem do sujeito do inconsciente.

Os componentes da identificação imaginária, de importância para o presente estudo, constituem a imagem que se faz de si e o eu. Esse eu, no momento inicial do seu processo de formação – denominado por Lacan como estágio do espelho – é mero esboço que se consolidará em outras experiências imaginárias, não mais globais, mas parciais. A visão global de sua imagem refletida no espelho, impactante para a criança que, até então, se via como um corpo despedaçado, não mais se repetirá, mas marcá-la-á para sempre.

Os “processos de identificações” dizem respeito a uma busca, sempre por se realizar, desse eu, uma vez que constitui uma nova instância psíquica que se forma no correr das identificações imaginárias sucessivas, a partir da identificação especular, no momento inaugural desse processo.

4. Metodologia de pesquisa e condições de produção do discurso

Considera-se neste item o pressuposto caro à Análise do Discurso de perspectiva francesa de que os discursos ganham especificidades em decorrência das condições de sua produção, fazendo com que ocorram acontecimentos na estrutura, segundo a postulação de Pêcheux (1983). As condições amplas ou mediatas do discurso a ser analisado foram expostas no item relativo à exclusão e à produção do adolescente como homo sacer. As condições de produção restritas ou imediatas dos discursos que compuseram o corpus de pesquisa⁴ dizem respeito a adolescentes que cometeram algum tipo de delito e se encontram em condição de acolhimento por uma instituição constituída especificamente para esse fim. Complementa-se a explicitação das condições de produção do discurso com a informação de que a instituição lócus de pesquisa se localiza em uma cidade pólo de uma região do interior do estado de São Paulo e com os problemas próprios da capital.

Mais especificamente, trata-se de jovens que, tendo cometido algum tipo de transgressão social, receberam de um juiz da vara da infância a determinação para que

⁴ Agradeço a Ricardo Augusto de Souza pela cessão dos dados de sua pesquisa que resultaram no trabalho de conclusão de curso “Adolescente infrator: efeitos da exclusão na subjetividade de adolescentes em situação de liberdade assistida”, na Universidade de Taubaté.

comparecessem diariamente, durante o tempo que excedesse ao da frequência na escola de educação formal, a essas instituições. Atividades esportivas, artísticas e de lazer fazem parte do “currículo” desenvolvido pelos jovens acolhidos nessas instituições, e delas decorre a especificidade da composição do corpus: trata-se de uma atividade de escrita desenvolvida em um espaço alternativo ao da Escola.

Embora dela não se diste muito, por constituir uma variante da estrutura panóptica idealizada por Bentham e resgatada por Foucault que postula uma origem comum entre a prisão e a Escola, e ambas visarem à submissão dos corpos a um vigiar constante, a um disciplinamento com vistas a sua docilização, a atividade de redação nesse espaço revelou ter efeitos sobre as subjetividades de seus redatores.

5. Análise do corpus de pesquisa

Instados a escreverem sobre si, da forma mais informal possível, chegando a ser-lhes sugerido, para que entendessem o que seria esse caráter informal, que escrevessem sobre seu cotidiano, família, amigos, escola e futuro, os textos se apresentaram como se estivessem encenando uma tomada judicial de depoimentos: colocaram os itens de sugestão como se fossem tópicos e, em seguida, discorreram sobre cada um desses itens. Apresenta-se, para efeito de ilustração, o discurso do adolescente (doravante A1), cujo texto melhor revela a diagramação por item (o negrito é meu e pretende facilitar a leitura).

A1. *No dia a dia eu estou trabalhando segunda a sexta feira e sábado e domingo eu joga bola e feriado tam bem*

Família *eu gosto muito da minha mãe e meu pai e os meus irmãos e sou muito carinhozo com todos eles.*

Amigos *eu tenho um bom desempenho com todos os meus amigos é bom ter amigos porque você pode sempre estar junto*

Escola *eu gosto de estudar porque é muito bom para todos nós eu quero ir para escola para aprender mais.*

Futuro *eu quero ter uma família muito legal porque terei muita felicidade para mim eu quero ter um filho e ter a minha família.*

Revelando, ainda, as características de uma situação formal de inquirição, todos os oito jovens relataram não apenas seus hábitos como fariam qualquer outro jovem, mas os deslocamentos espaciais marcados por horários. Apenas para efeito de ilustração desse detalhamento do horário, apresentam-se, da totalidade do corpus, alguns excertos que revelam essa regularidade:

A2. *Todo dia eu acordo tomo um café e saio para trabalha, entro as 8:00 e saio para o almoço 12:00 volto as 1:00 e fico até as 18:00hs Isso é + de segunda a sexta, e ao sábados eu acordo as 5:45 tomo um café e saio para i pro Senai entro a 7:30 fico até as 16:30, volta para casa descanso até umas 20:00 depois vó para casa de minha namorada, de vez em quando nós chama nossos amigo para sai. Vou ao Shopping ou outros lugares. Essa é minha rotina.*

O que chama a atenção no texto de A2 é a precisão no apontamento do horário, cujos pormenores remetem a situações tipicamente jurídicas, em que se busca preservar de suspeição de um possível álibi.

Até este ponto da análise do corpus, fica perceptível que a atividade da escrita cumpriu o papel institucional de terem enunciado a partir da ocupação do lugar daquele que se

encontra sob o controle do procedimento, do espaço e do tempo, com vistas ao disciplinamento; essa regularidade discursiva evidencia a eficácia do poder, sua positividade, no sentido foucaultiano de ser produtivo, de transformar um sujeito amorfo em outro dócil e útil para a sociedade.

Para além desse discurso visivelmente determinado pelo imaginário discursivo, segundo o qual os adolescentes instituídos enunciam antecipando o que imaginam que a professora espera que eles escrevam, percebem-se equívocos que não conseguem ser contidos pelo jogo imaginário, como se pode observar no excerto de discurso de A4, abaixo transcrito:

*A4. Meu nome é (...) tenho 18 anos sou um rapaz muito calmo **tranquilo** até de mais gosto muito de fazer amizade e conhecer pessoas novas. **Minha vida em casa é muito tranqüila** na minha casa mora eu minha irmã minha mãe e meu sobrinho minha mãe tem 42 anos eu acho e minha irmã tem 22 e meu sobrinho tem 3 anos na minha casa a gente leva uma **vida tranqüila** apesar de muita coisa que vem acontecendo a gente suporta tudo isso. Eu tenho em mente agora arrumar um emprego para mim poder ser independente e não ficar pedindo as coisas para os outros mais fora isso **tudo é tranquilo** tenho bastante amigos e gosto de ta sempre conhecendo mais estou estudando e estou no 1º colegial. **Minha vida esta tranqüila** mais tem que melhorar mais ainda.*

Não deixando de passar por todos os itens sugeridos pela proposição da escrita, A4 faz menção à família, à escola e ao futuro. Revelando-se fortemente determinado pelo imaginário discursivo, repete cinco vezes a palavra tranquilo, parecendo querer persuadir a professora de que não tem cometido transgressões. Entretanto, a despeito das ratificações com relação à tranqüilidade, enuncia, no fim do texto: *Minha vida esta tranqüila mais tem que melhorar mais ainda*. Eis que a argumentação até então conduzida é preterida em relação à de que não é tão tranqüila como reiterara. Se na passagem anterior *vida tranqüila apesar de muita coisa que vem acontecendo a gente suporta tudo isso* argumentava a tranqüilidade, ainda que concessivamente, fecha o texto reconhecendo-se nem tão tranquilo como quisera. Esse equívoco parece apontar para a economia do dispositivo da confissão, segundo o qual ao ser instado a falar de si, suscitar a afluência de aspectos que se escondem a si. Também fica visível a positividade da atividade da escrita dos chamados gêneros da vida, uma vez que a atividade proposta se aproximou do diário, no sentido de que lhe permitiu a uma visão da realidade não em termos de potencialidade, mas em termos de virtualidade; no sentido de que o relato escrito materializa uma subjetividade não presente, criando múltiplas temporalidades e relações entre lugares lá e aqui de que fala Kontopodis (2008). Escrever sobre si permitiu-lhe, em alguma medida, perceber que nem tudo estava tranquilo como supunha, que a família vinha passando por dificuldades; para além dessa percepção, permitiu-lhe o reconhecimento de que a família as tem superado. Escrever permitiu-lhe considerar-se membro de uma família; permitiu-lhe manifestar o cuidado de si a partir do cuidado do outro. É possível perceber também que lhe permitiu vislumbrar um futuro como virtual, quando enuncia *Eu tenho em mente agora arrumar um emprego para mim poder ser independente e não ficar pedindo as coisas para os outros*. Essa passagem, para além de evidenciar um modo de subjetivação foucaultiana, no sentido de revelar um processo de construção de si a partir do poder disciplinador que lhe é exercido pela instituição acolhedora, emana um discurso da ordem do “eu ideal” de identificação imaginária, ao interditar-se, no sentido de que não deve *ficar pedindo as coisas para os outros*.

Analise-se o excerto do texto de A5, abaixo transcrito, que promove um deslocamento dos conteúdos dos excertos até aqui analisados:

A5. *O meu dia é meio esquisito depende do que eu vou fazer se eu for sair acordo cedo saio pra rua e lá fico até a hora que eu quiser até me esqueço dos compromissos agora estou acordando sedo arumo a casa fassos meus deveres ajudo minha família vou para escola estou pretendendo ocupar minhas horas vagas. Minha família é legal mais a vida não é fácil porriso muitas vezes eles briga comigo a questão não é que é chato é porque quer meu bem mas é complicado meus amigos sem comentários mas tenho uma amiga especial ela me ajuda en tudo nunca me abandona gosto muito delo e espero dela o mesmo, a escola no começo era chato agora fiz amizade estou me acostumando mais os professores são uma bosta ném liga e ném sinporta com os estudo dos alunos. O meu futuro quero estudar trabalhar ser aeromoça construir minha vida e meus materiais até uma coisa própria tipo trabalhar pra mim.*

Observe-se, já, no discurso de A5, o deslocamento do jogo discursivo manifestado por seus colegas, quando abre o seu texto com o enunciado *O meu dia é meio esquisito depende do que eu vou fazer se eu for sair acordo cedo saio pra rua e lá fico até a hora que eu quiser até me esqueço dos compromissos*. Embora tenha uma casa, no sentido de um lugar fixo – condição para que tenha amparo jurídico, sendo, por exemplo, beneficiar-se de um *habeas corpus* –, que se revela na passagem em que afirma *agora estou acordando sedo arumo a casa*, ao afirmar que *se for sair acordo cedo saio pra rua e lá fico até a hora que eu quiser até me esqueço dos compromissos*, passa a ocupar o lugar do morador da rua o que o leva a entrar em conflito com os valores da casa. Esse conflito se explicita na passagem em que afirma: *Minha família é legal mais a vida não é fácil porriso muitas vezes eles briga comigo a questão não é que é chato é porque quer meu bem mas é complicado meus amigos sem comentários*. Observe-se a materialização lingüística do conflito evidenciado pelas várias conjunções de valor adversativo: 1) *Minha família é legal mais a vida não é fácil*; 2) *a questão não é que é chato é porque quer meu bem mas é complicado*; 3) *meus amigos sem comentários mas tenho uma amiga especial*. As proposições mediadas pelas adversativas, no discurso de A5, revelam que ora ela enuncia ocupando o lugar do cidadão, ora o faz ocupando o do sujeito em conflito com as regras da sociedade. Sobretudo na passagem *meus amigos sem comentários mas tenho uma amiga especial* A5 faz referência a amigos sobre os quais prefere não comentar; o uso da adversativa **mas** que se lhe segue para se referir a uma amiga especial faz pressupor amigos em discordância com a lei. Essa materialização lingüística do conflito em seu texto revela sua dimensão de *homo sacer*: reconhece-se estruturada por uma matriz vertical, estruturada pelo nome do pai, referindo-se aos limites da vida simbólica a partir dos pais, mas subjetivando-se sob uma vida que *não é fácil*.

Essas contradições se fazem também em passagens como *fassos meus deveres ajudo minha família vou para escola, estou pretendendo ocupar minhas horas vagas*: não se é possível saber se ela, revelando um interdiscurso, pretende ocupar as horas que não as ocupadas pela escolarização formal ou se pretende ocupar as suas horas com a frequência à escola. Ainda com relação à escola, demonstra não estar familiarizada com esse espaço, quando enuncia: *no começo era chato agora fiz amizade estou me acostumando mais os professores são uma bosta ném liga e ném sinporta com os estudo dos alunos*. Uma vez mais, faz uso da adversativa na passagem *estou me acostumando mais os professores são uma bosta*. Ao continuar *ném liga e ném sinporta com os estudo dos alunos* revela a sua sensação de *homo sacer*, de ocupar o lugar daquele que está fora do espaço jurídico-político e, ao mesmo tempo, enquadrado por ele. Sua pressuposta evasão da escola que aparece sob os enunciados 1) *agora estou acordando sedo arumo a casa fassos meus deveres ajudo minha família vou para escola estou pretendendo ocupar minhas horas vagas* e 2) *a escola no*

começo era chato agora fiz amizade estou me acostumando também remete a sua condição de *homo sacer*.

A economia da escrita, no sentido de lhe permitir vislumbrar o futuro como virtual, como constatou Kontopodis (2008) entre seus depoentes moradores de rua, também se manifesta no texto de A5, quando afirma: *O meu futuro quero estudar trabalhar ser aeromoça construir minha vida e meus materiais até uma coisa própria tipo trabalhar pra mim.*

Passando para a análise do texto de A6, observa-se que o ocorrido com A5 que faz da rua seu espaço privado, o que também aparece em outros textos, repete-se:

A6. Meu nome é (), moro com a minha mãe e meu três irmãos. Meu dia-a-dia é normal de manhã vou para a escola chego mais o menos as 11:45 ai de vez enquanto eu faço almoço, depois de almoçar, tem vez que eu vou pra casa do meu primo ai eu fico lá trocando idéia com ele ai quando da 4:30 eu subo para rua de cima para mim joga bola, com meus amigos. Ai de noite 6:30 nois acaba de jogar bola eu vou embora. Ai eu tomo banho depois eu subo de novo pra tua de cima jogar mais conversa fora. De vez enquanto quando eu subo não tem ninguém na rua ai eu converso com a minha única amiga, única mesmo essa menina eu considero como uma irmã ela fala muitas coisas da hora, eu nem penso no meu futuro ela que pensa para mim.

A rua tomada na atual configuração do espaço urbano como o lugar de perigo é tomado por A6 como extensão de seu espaço privado, quando afirma: *eu subo para rua de cima para mim joga bola, com meus amigos. Ai de noite 6:30 nois acaba de jogar bola eu vou embora. Ai eu tomo banho depois eu subo de novo pra tua de cima jogar mais conversa fora.* À primeira vista, A6 parece revelar promover o resgate do espaço público como o lugar da convivência da tradição grega, o que deixou de existir em virtude da privatização das relações contemporâneas; considerando-se, entretanto, que ele e seus amigos ocupam a rua que, por natureza, destina-se ao trânsito de veículos e de pessoas e não à atividade de lazer, o que é lugar comum nos espaços que não os de guetos privilegiados dos condomínios e “áreas nobres”, revela-se a faceta do *homo sacer* que se lhes impõe: alijados da condição jurídica de incluídos na *urbis* e, como tal, da configuração da vida enquanto *bíos*, resta-lhes a condição da vida nua e, como tal, da mera configuração da vida enquanto *zoé*. Ainda que não haja ninguém na rua, A6 nela permanece, sugerindo sentir-se em casa lá fora; é, na rua, que também encontra quem o ouve, quem se preocupa com ele, quem dele cuida. A rua torna-se, assim, o lugar do encontro, da convivência. Eis que a rua se configura como o lugar da ambigüidade: lugar de todos os perigos e lugar do acolhimento do *homo sacer*. Não se é de surpreender que A6 tenha dúvidas em tomar os amigos da rua como referências: não lhe sendo atribuído um espaço urbano que o incluía, não lhe resta outra alternativa a não ser assumir o da exclusão.

Eis, assim, que o *homo sacer* ainda perdura em tempos de globalização.

Conclusão

Resultados da análise do corpus de pesquisa empreendida demonstraram que os equívocos remetem as suas identidades que se mostram determinadas por duas formas de imaginário: o discursivo e o psicanalítico. Os textos apresentaram as manifestações, por um lado, do imaginário discursivo de postulação pecheutiana (PÊCHEUX, 2001), segundo o qual os sujeitos (in)fames (FOUCAULT, 1969/1995a) escrevem sob antecipação, isto é, a partir do lugar que lhes determina a sociedade e, portanto, o que pode e deve dizer; por outro lado, apresentaram a materialização do embate aporético entre o “ideal do eu” de ordem simbólica,

da lei, da vida em sociedade que os quer iguais aos outros e o “eu ideal” de ordem imaginária que os engendrou pela nodulação entre o simbólico, o imaginário e o real, nodulação essa que resultou na imagem especular inaugural do “eu” que faz de cada um diferente dos outros. Esse embate é, em grande medida, motivado pela condição de *homo sacer* a que um contingente não negligenciável da sociedade brasileira, sobretudo urbana, está submetida, e como tal encontram-se numa zona de ambigüidade entre estar sob a proteção do Estado e também estar fora de seu alcance. Esses equívocos que se manifestam discursivamente nada mais são do que a materialização da ambigüidade a que estão submetidos; daí encontrarem-se na zona de indecidibilidade entre escolher a vida daqueles que vivem sob as leis da polis e aqueles que vivem à margem dessas leis.

Instados a se verem refletidos no espelho como as imagens que deles espera a sociedade, não reconhecem nos espectros suas imagens especulares primeiras que se repetem sucessivamente; daí os equívocos. A escrita se revelou, enfim, materialização, para além da língua, enquanto objeto da lingüística, da *alíngua*, enquanto daquilo que é feito o inconsciente. Ainda que não se trate propriamente da *alíngua* como a concebeu Lacan, no sentido de terem materializado um *sinthoma* pela escrita, os equívocos parecem se constituir da ordem de um saber sobre o qual não sabem, mas não cessa de se manifestar reconhecido por Pêcheux (1983/1990), na terceira fase de sua construção teórica da Análise do discurso de perspectiva francesa, a partir de Milner (1987) que, por sua vez, inspirou-se em Lacan, para postular a impossibilidade de se interpretar sem considerar que há um real em todo discurso.

ABSTRACT: French Discourse Analysis in its latest phase guided this research. Teenagers under state care socio-historical process of subjectivation and psychoanalytic process of identifications are the object. Research data was composed by compositions written by these adolescents. Methodological procedures considered discourses production conditions, going cross their opacity; analyzing the not schooling writing activity economy was the main purpose. The results of the analysis performed have revealed that writing activities *ethopoietic* and *sinthomatic* potentiality, that is to say, potentiality of self construction by the written activity and access to unconscious formations which (d)enounce a certain knowledge about himself that the subject does not know.

Key-words: Discourse Analysis; psychoanalysis; writing; subjectivation, adolescent under state care

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. (1995) *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002

ARPINI, D. M. *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru: Edusc, 2003

FORBES, J. *Você quer o que deseja?* Rio de Janeiro: Editora Best Seller Ltda, 2003

FOUCAULT, M. (1967) *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

-----, (1969) *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

----- (1969) A vida dos homens Infames. In: *O que é um author?* Lisboa: Passagens, 1995a.

----- (1969) O que é um author? 2ª edição. In: *O que é um author?* Lisboa: Passagens, 1995b.

----- A palavra nua de Foucault. In: Folha de São Paulo de 22.11. 2004.

----- (1969) A escrita de si. In: *O que é um author?* Lisboa: Passagens, 1995c.

----- (1971) *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

----- (1972) *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

----- (1975) *Vigiar e Punir*, história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.

----- (1976) *Vontade de Saber*: história da sexualidade I. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

----- (1979) *Microfísica do Poder*. Organizado por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

KONTOPODIS, M. Enacting Human Developments: from Representation to Multiplicity (texto ainda não publicado)

LACAN, J. (1966) *Escritos*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998

LAM, C. A subjetividade adolescente numa instituição de acolhimento. In: *Adolescência: um problema de fronteiras*. Porto Alegre: APPOA, 2004 (28-39)

MELLONI, Um discurso que não faz semblant. In MARIANI, Betânia (org.) *A Escrita e os Escritos*. São Carlos: Claraluz, 2006 (215-222)

MILNER, J. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NASIO, J. D. *Os 7 conceitos cruciais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

NAZAR, T. O Escrito da Escrita. In MARIANI, Betânia (org.) *A Escrita e os Escritos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006 (159-174).

PÊCHEUX, M. (1983) *Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso (AAD69). In GADET, F. e Hak, T. (Org.) *Por uma Análise Automática do Discurso, Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

REVEL, J. (2002) *Foucault, conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005

ROSA, M. D. *O discurso e o laço social dos meninos de rua*. Revista de Psicologia. Usp. São Paulo. n° 2, 1999

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro. RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

UYENO, E. Y. “Blog”: o efeito terapêutico como economia do *dispositivo confessional* In. *Seminário Internacional Foucault, perspectivas*. Clicdata Multimídia Ltda. Florianópolis, SC. 2004

-----Da autonarração à escrita acadêmica: a constituição da subjetividade do aluno de cursos de especialização. In. CASTRO, S. T.R de e SILVA, E. R. da (orgs). *Formação do Profissional docente, contribuições de pesquisa em Linguística Aplicada*, Taubaté: Editora Cabral, 2006 (263-291)

-----Hermenêutica de si mesmo: escrita acadêmica, *parrhesía* e subjetividade. In. SILVA, UYENO, ABUD (orgs) *Cognição, Afetividade e Linguagem*, Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007 (76-94)

-----A escrita e os processos de subjetivação e a Escrita e os processos de identificações. In: Anais da 1ª JIED, 2008a

-----A identidade e o ethos na escrita de professores em cursos de especialização: uma escrita (in)tangível de si. A ser publicado nos Anais da III SIMPOSIAD, 2008b

RECEBIDO EM 04/04/10 – APROVADO EM 17/06/10